



FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

Lei de licitação nº 14.133/2021

Área Requisitante:

Ouvidoria-Geral

Responsável pela demanda:

Mariana Mello Henriques - Assistente Técnica I

Objeto:

Contratação da/o palestrante **Kátia Valéria dos Santos Souza** para o evento “Lançamento da Carta Nacional de Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero e Raça”

Quantidade:

Tempo de Contratação: 2 horas

Justificativa:

A contratação representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE, revertendo em benefícios à Defensoria Pública do Estado de São Paulo como um todo, uma vez que contribuirá para um melhor desenvolvimento conjuntural em relação a temas diretamente atrelados aos Órgãos.

O Lançamento da Carta Nacional de Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero e Raça é um marco fundamental na promoção da igualdade e na luta contra a discriminação no sistema judiciário brasileiro. Este evento visa destacar a importância de um acesso à justiça que considere as especificidades de gênero e raça, reconhecendo as desigualdades históricas e estruturais que afetam mulheres e pessoas negras.

A contratação está relacionada ao evento objeto do processo SEI nº 2025/0006078

Estimativa preliminar do valor da contratação:

Valor total estimado - R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais)

Data pretendida para a conclusão da contratação:

19/03/2025

Previsão de prazo de execução, após celebração do contrato:

20/03/2025

Grau de prioridade da contratação:

médio

Vinculação ou dependência com outro DFD:

A execução deste DFD possui dependência com a contratação dos outros palestrantes do curso, conforme autorizados no processo SEI nº 2025/0006258.



Documento assinado eletronicamente por **Nadia Cristina De Eca Rajab, Oficiala de Defensoria**, em 05/03/2025, às 11:58, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1246477** e o código CRC **2BA75138**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0006612

SAEC EDEPE - 1246477v5

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO REALIZAÇÃO OU APOIO A EVENTOS

1. DADOS DO/A SOLICITANTE, COORDENADOR/A E FISCAL DO EVENTO

Nome do/a solicitante: Mariana Mello Henriques

Cargo: Assistente Técnica I

Unidade/Regional/Núcleo: Ouvidoria-Geral

Contato:

1.1. Coordenador/a do Evento:

☒ (x) Próprio/a solicitante

☐ () Coordenador/a diverso do/a solicitante (neste caso, preencher opções abaixo)

Nome do/a Coordenador/a do Evento: _____.

Cargo: _____.

Unidade/Regional/Núcleo: _____.

Contato: _____.

***O/A Coordenador/a do evento se compromete a estar presente nas datas de realização do evento, a fim de receber palestrantes e presidir eventuais solenidades de abertura e encerramento.**

1.2. Fiscalização do Evento:

Apenas preencher este campo caso o evento conte com a prestação de serviços por particulares (coffee break, libras, palestrantes etc).

☒ (x) Próprio/a solicitante

☐ () Coordenador/a do evento

☐ () Outro/a

Nome do/a fiscal: _____.

Cargo: _____.

Contato: _____.

***A fiscalização consistirá na verificação do cumprimento dos termos contratados com a EDEPE, mediante instruções fornecidas oportunamente.**

2. DADOS DO EVENTO

Nome do Evento: Lançamento Carta Nacional de Acesso à Justiça na perspectiva interseccional de gênero e raça

Data/s e horário: 20 de março, 08h às 18h,

Local: [A definir]

2.1 Público-alvo:

Número de participantes, de acordo com a capacidade do local: 70 pessoas

☒ Estagiários/as

☒ Servidores/as

☒ Defensores/as Públicos/as

☒ Agentes de Defensoria Pública*

☒ Público Externo*: Sociedade civil, defensoras, defensores, servidores, servidoras, ouvidoras e ouvidores de defensorias de outros estados

OBS: Nos casos marcados com*, especificar área de formação, se o caso: sociedade civil.

2.2. Modalidade:

☐ presencial

☐ a distância

☒ híbrido

2.3. Abrangência:

☐ Apenas para a Unidade do/a solicitante ☐ Apenas para a Regional

☐ Estadual ☒ Nacional

*Justificativa, objetivos, metodologia do evento e demais observações: _____.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL:

3.1. Gravação do evento:

☐ não ☒ sim (neste caso, preencher opções abaixo):

Disponibilização da gravação: ☒ Youtube ☒ Plataforma EDEPE Online

Público que poderá ter acesso à gravação:

☐ interno ☒ externo

3.2. MATERIAIS NECESSÁRIOS

☒ Elaboração de arte para divulgação

*Sinopse do evento para constar na programação: _____.

☒ Impressão de cartaz de divulgação, quantidade: _____.

☐ Programação impressa a ser distribuída no dia do evento, quantidade: _____.

☒ Blocos, quantidade: 100

☒ Outros materiais (a depender de disponibilidade): Banner

3.3. Certificados

☐ Sim ☒ Não

3.4. Abertura do Evento: Cerimonial de abertura (Eventos com autoridades convidadas)

☒ Sim ☐ Não

3.5. Audiovisual

Há necessidade de disponibilização de equipamentos de som (microfones, caixas de som)?
Descrever equipamento, **caso o local do evento não disponha** de equipamento próprio.

(x) Sim () Não _____.

Microfone, caixa de som.

Há necessidade de disponibilização de equipamentos de projeção? Descrever equipamento e quantitativo, **caso o local do evento não disponha** de equipamento próprio.

(x) Sim () Não _____.

Projektor e tela

3.6. Alimentação

Há necessidade de disponibilização de coffee break?

(x) Sim () Não

Observação: A Ata de Registro de Preço vigente presta o serviço de fornecimento de coffees tipo A (mais completo) e tipo B (mais simples), pelo período de 45 minutos. É imprescindível que o tempo do serviço seja respeitado, tendo em vista que não há previsão para pagamento de tempo extra. Além dos serviços descritos, há previsão para entrega de kit lanches.

Importante: Descrever a efetiva necessidade de disponibilização de coffee break levando em consideração a economicidade de recursos do FUNDEPE:

Trata-se de evento longo e com pessoas de todo o país, nesse sentido, se faz essencial a disponibilização de coffee break para a garantia dos trabalhos do evento.

3.7. Palestrantes: Os/as palestrantes já aceitaram o convite para o evento?

() SIM (x) NÃO

As palestras devem ser:

() Remuneradas (<https://forms.office.com/r/DAJhPt4Srt>)

() Não remuneradas (<https://forms.office.com/r/jqDY1H6sBS>)

(x) Mistas (algumas remuneradas e outras não remuneradas)

Caso o/as palestrante/s sejam remunerado/as é obrigatória a justificativa acadêmica ou prática para a contratação, para atender a nova lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

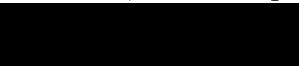
Não sendo palestrante com titulação acadêmica, favor detalhar a experiência prática ou profissional que justifique a sua escolha para o evento.

Nome do/a palestrante: Elenita Sabadini de Moura

Fundadora da ONG AFAPE (Associação de Familiares, Amigos de Presos e egressos). Possui mais de 10 anos com experiência no sistema prisional. Atuou como assessora de gestão pública e foi colaboradora da Obra Social São Camilo, onde dedicou-se à assistência de pessoas que fazem uso problemático de drogas. Foi ganhadora do Prêmio Beth Lobo de Direitos Humanos das Mulheres, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no ano de 2023.

Justificativa: O Evento terá uma mesa temática intitulada Minorias interseccionadas e acesso à justiça: Gênero, raça e classe com as Perguntas norteadoras: O que as mulheres em situação de rua, familiares de pessoas presas, egressas e em situação de violência esperam do sistema de justiça? Temas sobre os quais Elenita poderá contribuir profundamente.

Contato (Para a Edepe, formalizar o convite e solicitar preenchimento das fichas cadastrais):



Nome do/a palestrante: Kátia Valérya dos Santos

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos Humanos, formada pela Universidade Federal de Pernambuco em educação física e especializada em administração. Foi Coordenadora de Esportes e Lazer Sesi São Paulo até 2014. Professora e defensora de direitos humanos.

Justificativa: O Evento terá uma mesa temática intitulada Minorias interseccionadas e acesso à justiça: Gênero, raça e classe com as P Justificativa: O Evento terá uma mesa temática intitulada Minorias interseccionadas e acesso à justiça: Gênero, raça e classe com as Perguntas norteadoras: O que as mulheres em situação de rua, familiares de pessoas presas, egressas e em situação de violência esperam do sistema de justiça? Temas sobre os quais Elenita poderá contribuir profundamente. Temas sobre os quais Katia poderá contribuir profundamente.

Contato (Para a Edepe, formalizar o convite e solicitar preenchimento das fichas cadastrais):



Nome do/a palestrante: Laureci Elias Dias (Laura Dias)

Presidente da COMAD (Conselho de Álcool e outras Drogas) em Santos, atua como Conselheira Estadual (suplente) da Assistência Social, é diretora do Jornal Vozes da Rua, redutora de Danos no quarto ano de formação na UNIFESP e é Coordenadora do Movimento Nacional de Luta e Defesa da População em situação de rua.

Justificativa: O Evento terá uma mesa temática intitulada Minorias interseccionadas e acesso à justiça: Gênero, raça e classe com as Perguntas norteadoras: O que as mulheres em situação de rua, familiares de pessoas presas, egressas e em situação de violência esperam do sistema de justiça? Temas sobre os quais Laura poderá contribuir profundamente.

Contato (Para a Edepe, formalizar o convite e solicitar preenchimento das fichas cadastrais):



Nome do/a palestrante: Rosana de San'Ana Pierucetti

Advogada, Conselheira Estadual da Ordem dos Advogados de São Paulo Presidente e Coordenadora da OSC RECOMEÇAR, que atende e acolhe mulheres em situação de violência doméstica, Pós graduada em Direito de família, sucessões e diversidades, membro do Conselho Municipal dos direitos da Mulher de Mogi das Cruzes, membro do Comitê Municipal de combate às violências domésticas, membro do Conselho Municipal de Assistência Social, membro do Conselho Municipal da Criança e do adolescente.

Justificativa: Rosana participará da mesa de abertura como representante do Conselho consultivo da Ouvidoria da Defensoria Pública.

Contato (Para a Edepe, formalizar o convite e solicitar preenchimento das fichas cadastrais):



PREENCHIMENTO PELA EDEPE APÓS O RECEBIMENTO DAS FICHAS PREENCHIDAS PELOS/AS PALESTRANTES:

Considerando as fichas de autodeclaração de gênero e raça preenchidas pelas/os palestrantes, indique o percentual de:

mulheres ____ negras/os ____ indígenas ____ pessoas transgêneros ____

Justificativa: (Art. 2º A composição de mesas, debates, oficinas, seminários e quaisquer atividades de formação, capacitação ou educação em direitos, presenciais ou a distância, deverá assegurar a participação de, no mínimo, 50% de mulheres e 20% de negros/as e indígenas, buscando-se sempre a maior representatividade destes grupos nos eventos e demais atividades.

§ 1º Não sendo possível atingir esse percentual, caberá aos/às organizadores/as apresentar formalmente à EDEPE justificativa para o não atendimento desse critério)

3.8 . Abertura de vagas mediante expedição de edital

Observação: Historicamente os editais de abertura de vagas contemplam 15 vagas, a serem distribuídas entre Defensores Públicos/as e Servidores/as, a depender do tema do evento.

(x) Sim () Não

Caso a resposta seja afirmativa, indique o número de afastamentos pretendidos:

Defensores/as Públicos/as: 10

Agentes de Defensoria Pública:

Oficiais de Defensoria Pública: _____.

Assessores: _____.

Assistentes Técnicos: _____.

4. Programação do evento (como deve constar no cartaz):

Nome do evento

Lançamento **Carta Nacional de Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero e Raça**

Localização: Rua Boa Vista

Data e horário do evento

20 de março

20 de março: parte da manhã

08h30 – 09h00: Coffee

09h00 – 10h00: Mesa de abertura Ouvidoria e Nudem SP - Apresentação da Carta Nacional

Maria Aparecida Caovilla - Conselho Nacional de Ouvidorias

Rosana Pierucetti

Representante NUDEM

Representante Ouvidoria-Geral

DPG

Representante Edepe

10h00 – 12h00 Mesa 1: Papel do sistema de justiça no combate às inequidades de gênero: atuação interna e externa

Perguntas norteadoras: Quais são os avanços alcançados? Quais os caminhos para fortalecer a atuação das instituições de justiça na defesa dos direitos das mulheres?

Mediação: NUDEM

Provocadoras

Camila Marques
Representante CNJ
Carla Araujo (CNMP/RJ)
Representante OAB
Sâmia Maia – Condege
Denise Dora – Conselho Consultivo
Carla Mauch

Debatedoras

Karollyne Nascimento Ouvidora Paraná
Representante Apadep
Luciana Gross
Isabella Henriques Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes - Anadep

Maria Tereza Sadek
Representante Anadep
Indicação Nediped

Pausa para Almoço

14h00 – 16h00 Mesa 2: Minorias interseccionadas e acesso à justiça: Gênero, raça e classe

Perguntas norteadoras: O que as mulheres em situação de rua, familiares de pessoas presas, egressas e em situação de violência esperam do sistema de justiça?

Mediação: Nudem

Provocadoras:

1 Representante Conselho Nacional de Ouvidorias
Marina Ganzarolli Conselho Consultivo
Elenita Conselho Consultivo
Laura Dias Conselho Consultivo
Luciana Talli
Fabiana Soler - Afape

Debatedoras

Carol Ricardo Conselho Consultivo
Giane Ambrósio Conselho Consultivo
Vivian Peres Conselho Consultivo
NESC
Casa da Mulher Brasileira

Coffee

16h00 – 18h00: Mesa 3: Minorias interseccionadas e acesso à justiça: Gênero, raça e classe.

Pergunta norteadora: O que as mulheres negras e indígenas e de povos e comunidades tradicionais esperam do sistema de justiça? Quais as barreiras enfrentadas pelas mulheres para acessar seus direitos?

Mediação: Ouvidoria

Provocadoras

Representante Conselho Nacional de Ouvidorias

Rosana Pierucetti Conselho Consultivo

Soleane Manchineri Ouvidora-Geral da Defensoria do Acre

Alessia Tuxa Defensora Pública no Estado da Bahia

Joyce Ramos - Ouvidora geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPCE)

Antonia Nascimento

Debatedoras

Fabiana Silva – Ouvidora-Geral da Defensoria do Rio de Janeiro

Kátia Valérya dos Santos Conselho Consultivo

Silvia Souza Conselho Consultivo

Ana Flavia – Defensoras e Defensores de Territórios Tradicionais

Carta Nacional de Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero e Raça

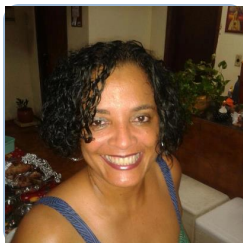
Local: Largo São Francisco, 95

20 de março (quinta-feira)

09h30 às 18h00

20 de março: parte da manhã				
08h30 – 09h00: Coffee				
09h00 – 10h00: Mesa de abertura Ouvidoria e NUDEM SP - Apresentação da Carta Nacional				
Rosana Pierucetti Representante Conselho Consultivo – Rosana Representante NUDEM Representante Ouvidoria-Geral Representante Defensoria Pública-Geral Representante Defensoria Pública-Geral				
10h00 – 12h00 Mesa 1: <i>De onde partimos? Avanços e desafios institucionais para a promoção da perspectiva de gênero e raça</i>				
Maria Aparecida Caovilla - Conselho Nacional de Ouvidorias Representante NUDEM Representante Ouvidoria-Geral Silvia Souza Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Anadep) Flavia Carvalho (CNJ) Carla Araujo (CNMP/RJ) Sâmia Maia (Condege)				
Pausa para Almoço				
14h00 – 16h00 Grupos de Trabalho para discussão sobre aplicação da Carta Nacional				
As participantes estarão divididas em grupos de trabalho para discutir a aplicabilidade dos eixos da Carta Nacional a partir das particularidades regionais.				
Acesso à Defensoria para mulheres: um olhar para mulheres negras, indígenas e outras interseccionalidades	Atendimento, estrutura e acessibilidade na perspectiva de raça e gênero	Pesquisa, capacitação e educação em direitos na perspectiva de gênero e raça	Organização institucional (mulheres e suas interseccionalidades em espaços de poder)	Mecanismos de controle, participação social e atuação estratégica
- Luciana Talli - Giane Ambrósio - Casa da Mulher Brasileira	- Luciana Viegas (indicação Renata Núcleo) - Vivian Peres - NESC	- Marina Ganzarolli - Carol Ricardo - Denise Dora - Karollyne Nascimento	- Flavia Carvalho (CNJ) - Carla Araujo (CNMP/RJ) - Condege Sâmia Maia (Ceará)	- Luciana Gross - Maria Tereza Sadek - Fabiana Silva - Isabella Henriques

• Soleane Manchinieri	• Katia dos Santos • Alessia Tuxa		• Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Anadep)	• Liliana Barros (Rede Negras, Ouvidora – Pernambuco)
Coffee				
16h00 – 18h00: Apresentação da discussão das mesas • Acesso à Defensoria: Soleane Manchinieri e Casa da Mulher • Atendimento, estrutura e acessibilidade: Luciana Viegas e Alessia Tuxa • Pesquisa, capacitação e educação em direitos: Marina Ganzarolli e Carol Ricardo • Organização institucional (mulheres em espaço de poder) • Mecanismos de controle, participação social e atuação estratégica: Fabiana				



Kátia Valérya dos Santos Souza

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6255975867257419>

ID Lattes: **6255975867257419**

Última atualização do currículo em 23/07/2018

Possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Pernambuco(1986). Tem experiência na área de Educação Física. **(Texto gerado automaticamente pela aplicação CVLattes)**

Identificação

Nome

Kátia Valérya dos Santos Souza 

Nome em citações bibliográficas

SOUZA, K. V. S.

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/6255975867257419>

País de Nacionalidade

Brasil

Formação acadêmica/titulação

1983 - 1986

Graduação em Educação Física.
Universidade Federal de Pernambuco,
UFPE, Brasil.
Título: EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM
PERNAMBUCO.
Orientador: MICHELI ESCOBAR.

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências da Saúde / Área:
Educação Física.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco,
Lê Pouco, Escreve Pouco.

Francês

Compreende Pouco, Fala Pouco, Lê Pouco,
Escreve Pouco.

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 26/02/2025 às 11:33:16

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.

[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DA ESCOLA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO Nº 17, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021. [Imprimir](#)  [Enviar](#)  [Fechar](#)**DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DA ESCOLA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO Nº 17, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021.**

Disciplina a remuneração de palestrantes, professores/as, seminaristas, debatedores/as, expositores/as, conferencistas, conteudistas e tutores/as em cursos e demais eventos, presenciais ou a distância, promovidos ou apoiados pela Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo - EDEPE

O Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a atribuição disposta no art. 58, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 988 de janeiro de 2006, que determina a competência desta Escola em promover rápida e constante atualização dos membros da Defensoria Pública do Estado em matéria legal, doutrinária e jurisprudencial de interesse dos serviços;

Considerando a competência prevista no artigo 14, inciso V, do Regimento Interno da EDEPE (Ato Normativo da Defensoria Pública-Geral nº 127 de 27/07/2017);

Considerando a necessidade do aprimoramento da Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 08, de 10 de fevereiro de 2015;

Considerando a necessidade de alternância normativa para viabilizar a contratação de profissionais qualificados/as para a produção de materiais didáticos, apostilas e outros materiais complementares às aulas expositivas, bem como para a mediação de debates e tutoria de turmas no Ensino a Distância;

DELIBERA:

Art. 1º Esta Deliberação dispõe sobre a remuneração para as atividades de instrutoria, palestra, tutoria, geração de conteúdo e preceptoria.

Parágrafo único. Para os fins desta Deliberação, considera-se:

I – Instrutor/a: aquele/a que conduz ações de educação realizadas na modalidade de ensino presencial ou a distância;

II – Palestrante: aquele/a que faz exposição acerca de assunto informativo, técnico ou científico, de seu conhecimento, na modalidade presencial ou a distância;

III – Docente: aquele/a que integra corpo docente de curso de pós-graduação *lato sensu* organizado pela Escola da Defensoria Pública;

IV – Debatedor/a: aquele/a que promove o diálogo e integração entre o/a instrutor/a, preceptor/a ou palestrante e o público-alvo, mediando o debate e podendo formular questões ou apresentar reflexões complementares como forma de instigar a participação;

V – Tutor/a: aquele/a que conduz ações de educação realizadas na modalidade de ensino a distância, inclusive em fóruns de discussão e comunidades de prática;

VI – Conteudista: aquele/a que atua na elaboração, ampliação, adaptação ou revisão do conteúdo e dos objetos de aprendizagem, em linguagem adequada a ambientes virtuais ou presenciais, conforme cada caso, assim como pela elaboração de testes, avaliações ou provas, quando necessário;

VII – Preceptor/a: aquele/a que conduz atividades de qualificação profissional de membros/as, servidores/as, estagiários/as, voluntários/as e residentes jurídicos/as, de caráter continuado, realizadas na modalidade de ensino presencial ou na modalidade a distância

Art. 2º A Escola da Defensoria Pública do Estado remunerará instrutores/as, palestrantes, docentes, debatedores/as, tutores/as, conteudistas e preceptores/as que participem dos cursos, congressos e eventos por ela patrocinados ou apoiados, em conformidade com a presente Deliberação.

§1º - A remuneração será autorizada exclusivamente por meio processo regular de contratação, em conformidade com a legislação aplicável ao procedimento, respeitados os limites da dispensa de licitações durante o respectivo exercício financeiro, quando esta for a modalidade aplicada.

§2º - A atividade de instrução e condução do processo de contratação a que se refere esta Deliberação será orientada pelos princípios da simplicidade, economia processual, celeridade, finalidade e eficiência, garantida a observância do princípio da legalidade.

§3º - Para a operacionalização da atividade referida no parágrafo anterior, a Direção da EDEPE poderá editar modelos de documentos e de formulários.

§4º - A remuneração decorrente de aulas proferidas em cursos de pós-graduação ou de extensão universitária obedecerá à regulamentação específica, sendo aplicável a presente Deliberação de forma subsidiária.

Art. 3º - O valor da remuneração para as atividades de instrutoria, palestra, debate/mediação e preceptoria será calculado em horas-aulas, fixado o valor base da hora-aula em R\$300,00 (trezentos reais).

§1º - De acordo com as peculiaridades do caso e por decisão fundamentada da Direção da EDEPE o valor da hora-aula poderá excepcionalmente ser fixado abaixo do valor base, respeitado o piso da hora-aula no valor de R\$100,00 (cem reais).

§2º - Em se tratando de renomado participante ou com notória especialidade em seu campo de conhecimento, bem como em se tratando de altas autoridades, o valor da hora-aula poderá excecionalmente ser aumentado até o triplo do valor base, por decisão fundamentada da Direção da EDEPE.

§3º - Os pagamentos devidos aos contratados poderão sofrer deduções legais aplicáveis à espécie;

§ 4º - Concluída a contratação prevista no parágrafo 2º, os respectivos autos serão disponibilizados na subsequente reunião do Conselho da EDEPE

§5º - O pagamento será efetivado em 30 dias contados da emissão do atestado de comparecimento

Art. 4º Na contagem das horas-aula para as atividades de instrutoria, palestra, debate/mediação e preceptoria será considerado não apenas o tempo de fala do contratado, mas também o tempo em que este ficar à disposição dos participantes para questionamentos e debates, nos limites do planejamento e programação do evento, bem como o tempo investido para aplicação e correção de avaliações, quando for o caso.

Parágrafo único. A indicação do total de horas-aula será feita de forma definitiva pela EDEPE para fins de contratação e pagamento.

Art. 5º O/a conteudista contratado/a pela EDEPE firmará termo de compromisso, em que aceitará, dentre outras, as seguintes condições e compromissos:

I - elaboração do material didático inédito identificado no plano instrucional da ação educacional, no padrão de qualidade definido pela EDEPE

II - a disponibilização do material no prazo combinado e registrado no termo de compromisso;

II - a promoção de alterações recomendadas pela EDEPE no sentido de adequar o material ao padrão institucional, às finalidades e à modalidade de ação educacional

III - revisão, pelo período de dois anos, do material didático, sem direito a nova remuneração;

IV – cessão à EDEPE dos direitos patrimoniais dos materiais didáticos produzidos, ainda que sem exclusividade

V – suporte pedagógico do conteúdo produzido a tutores ou instrutores, conforme o caso, pelo período de até dois anos, sem direito a nova remuneração

Art. 6º A revisão do material didático será formalmente solicitada pela Direção da EDEPE:

I – ao/à autor/a, até o término do prazo de 2 (dois) anos contados do início da ação educacional que ensejou sua elaboração, situação em que configurará encerramento da obrigação do/a autor/a quanto à atualização e não será remunerada;

II – preferencialmente ao/à autor/a, após dois anos do início da ação educacional que ensejou sua elaboração, situação em que será remunerada;

III – a outro/a profissional, na hipótese de negação ou impossibilidade de revisão pelo/a autor/a, situação em que será remunerada.

Art. 7º Não será devida a remuneração para elaboração de materiais didáticos de apoio à exposição do facilitador em ações educacionais não diretamente aproveitáveis sem a participação do/a instrutor/a ou palestrante, assim compreendidas, dentre outras:

I – apresentações sem coesão textual, para projetor multimídia ou impressas

II – ilustrações ou gráficos avulsos, para demonstração de procedimentos ou para exemplificações

III – exercícios propostos naturalmente no decurso da exposição, não formalmente estruturados ou previamente resolvidos ou comentados

IV – textos originais de referência da Defensoria Pública do Estado de São Paulo ou de outras fontes, salvo em composição com materiais produzidos ou integrantes destes, conformados aos padrões da EDEPE

V – outros materiais similares, produzidos sem orientação e fora dos padrões definidos pela EDEPE

VI – atividades educacionais realizadas sem autorização prévia de despesa

Art. 8º O/a tutor/a contratado/a pela EDEPE firmará termo de compromisso, em que aceitará, dentre outras, as seguintes condições e compromissos:

I – ciência quanto ao conhecimento da estrutura e atividades do curso;

II – cumprimento do cronograma de tutoria

III – administração, no ambiente de aprendizagem, de problema, discussão inapropriada, ofensa ou incidente que seja prejudicial ao bom andamento educacional

IV – informar à Direção da EDEPE a necessidade de atualização de material didático detectada durante a realização da ação educacional

V – fomentar a motivação, a mediação e a interação entre os/as alunos, conteúdos e atividades previstas no plano da ação instrucional

Art. 9º A remuneração das atividades de produção de conteúdo e tutoria serão calculadas levando-se em consideração a natureza, a complexidade e a dimensão da atividade desenvolvida.

Parágrafo único. O cálculo da remuneração da atividade de produção de conteúdo e tutoria será feito de forma definitiva pela EDEPE para fins de contratação e pagamento

Art. 10 A mensuração das horas-aula do conteúdo elaborado pelo/a conteudista observará o seguinte critério:

I – pela geração de conteúdo escrito de capacitação e de avaliação, devidamente sistematizado em tópicos, com títulos e subtítulos: uma hora-aula equivale a cada duas páginas tamanho A4, fonte Arial, tamanho 12, espaçamento 1,5, alinhamento justificado, com texto de 25 linhas;

II – pela gravação de videoaula: o correspondente à quantidade de hora-aula editada.

III – na hipótese de revisão ou atualização de material didático, para a mensuração a que se refere o inciso I deste parágrafo, deverão ser computadas as laudas alteradas e as novas que foram produzidas

Parágrafo único. O conteudista será remunerado uma única vez, independentemente do número de turmas e de quantas vezes o curso seja ofertado, salvo, após o período de dois anos, se contratado para atualização do material produzido, hipótese em que será devido o valor fixado para essa finalidade específica

Art. 11 O pagamento destinado ao/a tutor/a seja calculado a partir do total de horas-atividade destinado ao acompanhamento de alunos por meio dos recursos indicados no respectivo projeto do curso, limitado à carga horária da disciplina ou unidade ministrada

Art. 12 O pagamento será efetuado apenas após a apresentação do material didático, inclusive com a correção dos ajustes apontados como necessários pela EDEPE, no caso do/a conteudista, ou do fim do cronograma de tutoria, no caso do tutor/a.

Art. 13 Os/as palestrantes, instrutores/as, debatedores/as, preceptores/as, conteudistas e tutores/as cederão os direitos patrimoniais relativos ao material instrucional à EDEPE, que poderá utilizá-los, na íntegra ou em partes, ou em compilação com outros materiais, em eventos que venha a realizar, inclusive as gravações de áudio e vídeo, resguardada a obrigatoriedade de identificação da autoria e o direito de uso pelo/a autor/a, incluindo para fins lucrativos

Art. 14 Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 08, de 10 de fevereiro de 2015 e mantida a revogação dos Atos da Direção da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 15, de 16 de março de 2010; nº 21, de 29 de novembro de 2010; e nº 25, de 22 de agosto de 2011.

=====

 Imprimir  Enviar  Fechar



MANIFESTAÇÃO

CERTIFICO que, por conterem dados sensíveis e em atenção à Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”), os documentos abaixo listados foram encartados em processo próprio de natureza restrita, de nº SEI 2025/0006263, o qual permanecerá com acesso franqueado à Assessoria Jurídica da Defensoria Pública:

- Ficha de palestrante (doc.1242141)
- Certidões(doc.1246476)
- Certidão Negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo;
- Consulta negativa do CADIN ESTADUAL;
- Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários, emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura de São Paulo;
- Pesquisa negativa de aplicação de sanções administrativas, emitida pela SeFaz/SP;
- Consulta na Relação de Impedimentos de Contrato / Licitação do TCE-SP;
- Confirmação no Cadastro como Contribuinte da Previdência Social;
- Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.



Documento assinado eletronicamente por **Nadia Cristina De Eca Rajab, Oficiala de Defensoria**, em 05/03/2025, às 11:02, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1246482** e o código CRC **653AC495**.



MANIFESTAÇÃO

Compete à Escola da Defensoria Pública do Estado, nos termos do que dispõe o artigo 58, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 988/2006, dentre outras atribuições, *“atuar, em conjunto com os órgãos de execução, na promoção de atividades de educação em direitos, informação, motivação e conscientização da população carente, a respeito de seus direitos fundamentais, por meio de cursos, palestras, elaboração de material didático e outros meios de comunicação”*, em conformidade com o art. 2º, inciso XIII, do Ato Normativo DPG nº 127/2017 (Regimento interno da EDEPE).

Nesse sentido, pretende-se a contratação da/o palestrante **Kátia Valérya dos Santos Souza** para o evento “Lançamento da Carta Nacional de Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero e Raça”.

O Lançamento da Carta Nacional de Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero e Raça é um marco fundamental na promoção da igualdade e na luta contra a discriminação no sistema judiciário brasileiro. Este evento visa destacar a importância de um acesso à justiça que considere as especificidades de gênero e raça, reconhecendo as desigualdades históricas e estruturais que afetam mulheres e pessoas negras.

De acordo com o documento 1246476, **Kátia Valérya dos Santos Souza** é Formada em Educação Física pela UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, MBA em Gestão Empresarial pela FGV, Coordenadora Pedagógica na EMEF Professora Norma Botelho de Jaú-SP, 1ª Vice-presidente do Conselho Consultivo da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Militante do Coletivo Raízes do Baobá Negras e Negros de Jaú-SP, que faz parte da Coalizão Negra por Direitos PLP - Promotora Legal Popular – Núcleo Abayomi – Jaú/SP. Compõe a Coordenação Nacional da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras.

É, portanto, inequivocamente detentor/a de um perfil único, intrinsecamente ligado à realidade vivida e às demandas das comunidades marginalizadas, o que o torna essencial para promover uma visão mais ampla e inclusiva nos eventos promovidos pela instituição. Instituição essa, aliás que tem como fundamentos de atuação a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalidade, e a redução das desigualdades sociais e regionais.

A contratação em epígrafe representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE, revertendo em benefícios à Defensoria Pública do Estado de São Paulo como um todo, uma vez que contribuirá para um melhor desenvolvimento conjuntural de temas diretamente atrelados aos Órgãos.

Nos termos do artigo 2º, parágrafo único, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, e considerando que a normativa trata de rol meramente exemplificativo; bem como com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, entendo que a menor complexidade do objeto enseja a prescindibilidade de Estudo Técnico Preliminar e análise de riscos.

As informações necessárias e suficientes ao pleito, capazes de maximizar o interesse público, provendo a devida segurança transacional, constarão dos artefatos documentais que compõem a instrução processual.

Em assim sendo, nos termos do art. 4º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, entendo conveniente e

oportuna a pretensa contratação eis que pertinente às finalidades institucionais da Escola da Defensoria Pública do Estado.

Encaminhem-se os autos à Subárea de Eventos e Comunicação Audiovisual, para providências.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 05/03/2025, às 15:44, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1246483** e o código CRC **270B6EDC**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0006612

SAEC EDEPE - 1246483v3



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

Objeto:

1.1. Contratação de **Kátia Valéria dos Santos Souza** para proferir palestra no evento “Lançamento da Carta Nacional de Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero e Raça”.

Prazo de vigência e de execução:

1.2. O prazo de vigência da contratação terá início a partir da emissão da Nota de Empenho pela Contratante até o término das obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), sendo limitado ao dia 31/12/2025, momento em que se resolverá de pleno direito.

1.3. O prazo de execução dos serviços será o mesmo estabelecido para a realização do evento.

Outras condições:

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como serviço de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985/2023.

1.5. O(A) Contratado(a) não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação tem amparo legal na Lei Federal nº 14.133/2021, no Ato Normativo DPG nº 238/2023, e na Deliberação do Conselho Superior da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 17/2021.

2.2. A contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações, alinhando-se às diretrizes estratégicas da Escola da Defensoria Pública do Estado.

2.3. A presente contratação se faz necessária para o cumprimento da missão institucional da EDEPE, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 988/2006 e do Ato Normativo DPG nº 127/2017 (Regimento interno da EDEPE).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Item 05 deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não foram identificados impactos ambientais para a presente contratação.

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A presente contratação será formalizada por meio de **Nota de Empenho**.

5.2. O(a) Contratado(a) deverá comparecer ao local de realização ou gravação do evento, na data e horário indicados pela Contratante, e desempenhar o serviço de acordo com as diretrizes fornecidas pela Contratante, estabelecidas para o evento.

5.3. Condições gerais de execução:

- Quantidade de horas contratadas: **2 horas**. A palestrante participará das 14h às 16h.
- Data do evento: **20/03/2025**
- Local do evento: Largo São Francisco, 95

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

Informações gerais:

6.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre a Contratante e o(a) Contratado(a) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. A Contratante poderá convocar o(a) Contratado(a) para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Gestão:

6.4. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor da contratação.

6.5. O gestor da contratação acompanhará sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6. O gestor do contrato anotará no histórico de gerenciamento da contratação, se for o caso, todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor da contratação emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para a correção.

6.8. O gestor da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação do(a) Contratado(a), acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor da contratação atuará tempestivamente na solução do problema.

6.10. O gestor da contratação tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pelo setor competente.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Medição:

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Atestado de Execução dos Serviços para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das

sanções cabíveis, caso se constate que o(a) Contratado(a):

- não produziu os resultados acordados;
- deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento:

7.3. O objeto será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de finalização do serviço, mediante a confirmação de comparecimento do(a) Contratado(a) pelo Servidor responsável.

7.4. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, o valor respectivo será descontado da importância devida ao(a) Contratado(a), sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.5. Constatadas irregularidades no serviço, a Contratante poderá:

7.5.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua correção imediata, mantido o preço inicialmente contratado, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.5.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação imediata, mantido o preço inicialmente contratado, ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.6. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante Atestado de Execução dos Serviços, firmado pelo Servidor responsável.

7.7. A aceitação dos serviços não exonerará o(a) Contratado(a) de indenização no caso de responsabilidade civil ou técnica por futuros eventos, decorrentes ou relacionados com a execução dos serviços, nos termos do Código Civil Brasileiro.

Pagamento

7.8. O pagamento será efetuado mediante crédito aberto em conta corrente em nome do(a) Contratado(a) no Banco do Brasil S/A, no prazo de 30 (trinta) dias (Decreto nº 43.914, de 26 de março de 1999), contados do recebimento do atestado de comparecimento do(a) Contratado(a), a ser apresentado à EDEPE no prazo de 25 (vinte e cinco) dias da data da palestra, e à vista do Atestado de Execução de Serviços.

7.9. Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome do(a) Contratado(a) no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (Cadin Estadual), o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo(a) Contratado(a), de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

7.10. A Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei.

8. VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor da contratação e remuneração pelos serviços prestados:

8.1. O(A) contratado(a) será remunerada(o) de acordo com a Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo nº 17/2021.

8.2. O valor base fixado para a presente contratação será de R\$ 300,00 (trezentos reais), sendo:

- Valor da hora aula: R\$ 300,00 (trezentos reais)
- Total de horas contratadas: 2 horas

- Valor total das horas contratadas: R\$ 600,00 (seiscentos reais)

- Valor total do projeto: R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais)

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A despesa onerará os recursos orçamentários e financeiros dos Programas de Trabalho 03.092.4200.6023.0000, Elemento 33.90.36-25 e Fonte de Recursos 175930066 da Unidade Gestora 420031.

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Constituem obrigações do(a) Contratado(a), sem prejuízo das demais que forem intrínsecas à prestação dos serviços contratados, daquelas constantes de sua proposta comercial e das estabelecidas em lei:

I. zelar pela fiel execução da contratação, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

II. não transferir a outrem a execução do objeto desta contratação, sem prévia e expressa anuência da Contratante;

III. manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação;

IV. dar ciência imediata e por escrito à Contratante de qualquer anormalidade que verificar na execução da contratação;

V. prestar à Contratante, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre a execução da contratação;

VI. responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes da execução da contratação;

VII. não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante ou terceiro que já lhe preste serviços para atuar na execução da contratação;

VIII. guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

IX. Respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) em todos os seus termos e condições;

X. Dar exato cumprimento às *Leis* Anticorrupção previstas no ordenamento jurídico brasileiro, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados; obrigando-se a: (i) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (ii) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

10.2. Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo das constantes deste Termo de Referência e do instrumento contratual, e das estabelecidas em lei:

I. zelar pelo cumprimento das obrigações assumidas durante a vigência da contratação;

II. indicar formalmente servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o(a) Contratado(a);

III. fornecer ao(à) Contratado(a) todos os dados e informações necessários à execução do objeto da contratação;

IV. efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

V. respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) em todos os seus termos e condições.

11. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

11.1. A inexecução total ou parcial desta contratação, assim como a ocorrência de qualquer das hipóteses constantes no artigo 155 ensejará a rescisão, acarretando as consequências enumeradas no artigo 156, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. O(A) Contratado(a) sujeita-se também às previsões constantes dos artigos 155 a 166 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. As sanções de que tratam os itens 11.1 e 11.2 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no Ato Normativo DPG nº 237/2023, garantindo o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no Portal da Transparência, do E-sanções, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

11.4. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.5. A Contratante poderá descontar da fatura os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas na contratação.

11.6. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante o procedimento de contratação ou ao longo da execução da contratação, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, do Decreto Estadual nº 67.301, de 24 de novembro de 2022 e do Decreto Estadual nº 67.684, de 03 de maio de 2023, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.7. A aplicação das penalidades não impede a Contratante de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pelo(a) Contratado(a).



Documento assinado eletronicamente por **Nadia Cristina De Eca Rajab, Oficiala de Defensoria**, em 05/03/2025, às 12:00, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1246484** e o código CRC **D9177990**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0006612

SAEC EDEPE - 1246484v4



RELATÓRIO

Cuidam os autos de procedimento administrativo instaurado com vistas à contratação de **Kátia Valérya dos Santos Souza** para proferir palestra no evento “Lançamento da Carta Nacional de Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero e Raça”.

No âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o que inclui a Escola da Defensoria Pública (EDEPE), os procedimentos destinados à aquisição de bens e à contratação de serviços nos moldes da 14.133/2021 são regulamentados pelo Ato Normativo DPG nº 238, de 28 de março de 2023 (“Ato 238”).

Em atendimento às exigências constantes do Ato 238, constam dos autos os seguintes elementos:

Documento de Formalização de Demanda - DFD (doc. 1246477);

Formulário de solicitação de realização ou apoio a evento (doc.1246478);

Programação do evento (doc. 1246479);

Currículo (doc.1246480);

Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 17, de 29 de setembro de 2021 (doc. 1246481);

Despacho da Direção sobre a conveniência e oportunidade da contratação (doc. 1246483);

Indicação de documentos contendo dados protegidos, pertinentes à regularidade do(a) Contratado(a), encartados em processo SEI restrito (doc.1246482); e

Termo de Referência (doc. 1246484).

No que tange aos documentos pertinentes à regularidade do(a) Contratado(a), a que se refere o artigo 15, inciso II, do Ato 238, cumpre informar que não foram juntados aos autos os documentos pessoais com foto, o comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal, assim como a declaração conjunta.

A especial natureza da contratação em epígrafe, inclusive no que diz respeito à menor complexidade do seu objeto, enseja, s.m.j., a prescindibilidade dos aduzidos documentos.

Isso porque, na medida em que o procedimento em questão é orientado pelos princípios da simplicidade, economia processual, celeridade, finalidade e eficiência, a dispensa dos documentos não importa em nenhuma ofensa ao princípio da legalidade, e garantirá a contratação do(a) palestrante, cuja participação é indispensável para a realização do evento, que representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE.

Por se tratar de uma atividade que envolve aspectos eminentemente atrelados à intelectualidade, qualificação, bem como experiência e/ou vivência pregressa do(a) Contratado(a), o serviço envolve características que não permitem sua comparação objetiva com outros.

A inexigibilidade de licitação é uma solução legal para os casos nos quais não é possível sustentar a estrutura de um procedimento de licitação em razão da inviabilidade de competição. Na medida em que ausente a competitividade, pressuposto necessário à realização do procedimento, a licitação se torna uma via inadequada, devido à impossibilidade de escolha objetiva da proposta mais vantajosa.

Pelo exposto, s.m.j., sugiro a contratação de **Kátia Valérya dos Santos Souza** nos termos do artigo 74,

caput, da Lei nº 14.133/2021.

Submeto os autos à consideração superior, com sugestão de emissão de Nota de Reserva e encaminhamento dos autos à Assessoria Jurídica da Defensoria Pública-Geral, para análise e parecer, em observância, respectivamente, aos artigos 8º e 21, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Nadia Cristina De Eca Rajab, Oficiala de Defensoria**, em 05/03/2025, às 11:03, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1246485** e o código CRC **3FBA34A5**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0006612

SAEC EDEPE - 1246485v2



MANIFESTAÇÃO

Vistos.

Acolho a manifestação retro, oriunda da Subárea de Eventos e Comunicação Audiovisual doc.1246485.

Nos termos do artigo 5º, § 2º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, aprovo o Termo de Referência, constante em doc.1246484.

O custo da contratação durante o período do projeto será de **R\$ 600,00** (seiscentos reais) mais 20% desse valor, ou seja, **R\$ 120,00** (cento e vinte reais) relativos ao INSS patronal, totalizando **R\$ 720,00** (setecentos e vinte reais).

Observo que a exigência do art. 8º, Ato Normativo DPG nº 238/2023 encontra-se atendida, na medida em que no Processo SEI nº 2025/0006078, pertinente à organização do evento em epígrafe, há indicação de recursos para fazer frente à presente contratação. Por essa razão, deixo de solicitar nova informação de recursos à Subárea de Orçamento e Finanças nestes autos.

Determino o encaminhamento dos autos à Subárea de Orçamento e Finanças para **reserva orçamentária** em favor de **Kátia Valérya dos Santos Souza**, no valor de **R\$ 720,00** (setecentos e vinte reais), em **EDUCAÇÃO EM DIREITOS**, em atenção ao art. 8º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.

Após, encaminhem-se os autos à Assessoria Jurídica da Defensoria Pública-Geral, para análise e parecer, nos termos do art. 21, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 05/03/2025, às 15:44, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1246486** e o código CRC **9E85911C**.



AUTORIZAÇÃO DE RESERVA

AUTORIZAÇÃO RESERVA nº143/2025

Processo Administrativo: 6612/2025

INICIAL

INTERESSADO: Katia Valerya dos Santos Souza
CPF: 417.715.084-34

ASSUNTO: Contratação da/o palestrante Kátia Valéria dos Santos Souza para o evento "Lançamento da Carta Nacional de Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero e Raça"

Senhor Diretor da Escola da Defensoria Pública

Para a despesa prevista neste processo indicamos os recursos orçamentários suficientes, nos termos do Decreto nº 69.319, de 22 de janeiro de 2025, publicado na mesma data.

FONTE DE RECURSOS: 175.930.066

PTRES: 420154

PROGR. DE TRAB.: 03.092.4200.6023.0000

NATUREZA DE DESPESA: 33.90.36-25

QUOTA MENSAL	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
JANEIRO	-	-	-	-
FEVEREIRO	R\$ 272.339,63	-	-	R\$ 272.339,63
MARÇO	R\$ 823.026,84	R\$ 600,00	-	R\$ 822.426,84
ABRIL	R\$ 964.307,84	-	-	R\$ 964.307,84
MAIO	R\$ 970.218,84	-	-	R\$ 970.218,84
JUNHO	R\$ 974.332,84	-	-	R\$ 974.332,84
JULHO	R\$ 975.421,84	-	-	R\$ 975.421,84
AGOSTO	R\$ 976.389,84	-	-	R\$ 976.389,84
SETEMBRO	R\$ 976.389,84	-	-	R\$ 976.389,84
OUTUBRO	R\$ 976.389,84	-	-	R\$ 976.389,84
NOVEMBRO	R\$ 975.784,84	-	-	R\$ 975.784,84
DEZEMBRO	R\$ 971.436,69	-	-	R\$ 971.436,69
TOTAL	R\$ 9.856.038,88	R\$ 600,00	-	R\$ 9.855.438,88

SILVIO CEZAR ALVES DOS SANTOS
Agente de Defensoria Pública - Contador
Subárea de Orçamento e Finanças da EDEPE

CAROLINE BASTOS FIALHO
Agente de Defensoria Pública Administradora
Responsável pela Subárea de Orçamento e Finanças da EDEPE

Concordo e autorizo o estipulado acima, nos termos da legislação vigente.

EDEPE, aos 6 de Março de 2025

ALLAN RAMALHO FERREIRA
Defensor Público Diretor da EDEPE
EDEPE



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Cezar Alves Dos Santos, Agente de Defensoria**, em 06/03/2025, às 16:25, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Bastos Fialho, Agente de Defensoria**, em 06/03/2025, às 16:34, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 06/03/2025, às 18:23, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1249696** e o código CRC **C2FD17CD**.

Rua Líbero Badaró, 616 7.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0006612

SAOF EDEPE - 1249696v2



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE RESERVA - 2025NR00061

Unidade Gestora	420031								
Gestão	00001			Processo	6612/2025				
Evento	201100 - RESERVA DE DOTACAO ORCAMENTARIA.								
Data Emissão	06/03/2025	PTRes	420154	Unidade Orçamentária	42001				
Programa Trabalho	03092420060230000			Fonte Recurso	175930066				
UG Responsável	420010	Natureza da Despesa	339036	Valor	720,00				
Cronograma									
<table><tr><td>Mês</td><td>Valor</td></tr><tr><td>03</td><td>720,00</td></tr></table>						Mês	Valor	03	720,00
Mês	Valor								
03	720,00								
Observação									
CONTRATAÇÃO DE KÁTIA VALÉRYA DOS SANTOS SOUZA PARA PROFERIR PALESTRA NO EVENTO “LANÇAMENTO DA CARTA NACIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO E RAÇA”.									
Usuário									
Consultado Em	06MAR2025	Horário	16:23						



AUTORIZAÇÃO DE RESERVA

AUTORIZAÇÃO RESERVA nº144/2025
INICIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6612/2025
CONTROLE DE PAGAMENTOS DO INSS
PATRONAL: 2784/2025

INTERESSADO: Katia Valerya dos Santos Souza
CPF: 417.715.084-34
Ministério da Economia
CNPJ: 00.394.460/0033-29

ASSUNTO: Contratação da/o palestrante Kátia Valéria dos Santos Souza para o evento "Lançamento da Carta Nacional de Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero e Raça"

Senhor Diretor da Escola da Defensoria Pública

Para a despesa prevista neste processo indicamos os recursos orçamentários suficientes, nos termos do Decreto nº 69.319, de 22 de janeiro de 2025, publicado na mesma data.

FONTE DE RECURSOS: 175.930.066

PTRES: 420154 PROGR. DE TRAB.: 03.092.4200.6023.0000 NATUREZA DE DESPESA: 33.90.36-12

QUOTA MENSAL	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
JANEIRO	-	-	-	-
FEVEREIRO	R\$ 272.339,63	-	-	R\$ 272.339,63
MARÇO	R\$ 822.426,84	R\$ 120,00	-	R\$ 822.306,84
ABRIL	R\$ 964.307,84	-	-	R\$ 964.307,84
MAIO	R\$ 970.218,84	-	-	R\$ 970.218,84
JUNHO	R\$ 974.332,84	-	-	R\$ 974.332,84
JULHO	R\$ 975.421,84	-	-	R\$ 975.421,84
AGOSTO	R\$ 976.389,84	-	-	R\$ 976.389,84
SETEMBRO	R\$ 976.389,84	-	-	R\$ 976.389,84
OUTUBRO	R\$ 976.389,84	-	-	R\$ 976.389,84
NOVEMBRO	R\$ 975.784,84	-	-	R\$ 975.784,84
DEZEMBRO	R\$ 971.436,69	-	-	R\$ 971.436,69
TOTAL	R\$ 9.855.438,88	R\$ 120,00	-	R\$ 9.855.318,88

SILVIO CEZAR ALVES DOS SANTOS
Agente de Defensoria Pública - Contador
Subárea de Orçamento e Finanças da EDEPE

CAROLINE BASTOS FIALHO
Agente de Defensoria Pública Administradora
Responsável pela Subárea de Orçamento e Finanças da EDEPE

Concordo e autorizo o estipulado acima, nos termos da legislação vigente.

EDEPE, aos 6 de Março de 2025

ALLAN RAMALHO FERREIRA
Defensor Público Diretor da EDEPE
EDEPE



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Cezar Alves Dos Santos, Agente de Defensoria**, em 06/03/2025, às 16:28, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Bastos Fialho, Agente de Defensoria**, em 06/03/2025, às 16:34, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 06/03/2025, às 18:23, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1249707** e o código CRC **1B2C4B1C**.

Rua Líbero Badaró, 616 7.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0002784

SAOF EDEPE - 1249707v2



PARECER AJ

Processo SEI nº 2025/0006401

Interessada: Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Assunto: Contratação da Palestrante Kátia Valérya dos Santos Souza

Inexigibilidade de licitação. Pagamento de palestrante. Alteração da fundamentação legal. Artigo 74, *caput*, da Lei nº 14.133/2021. Disponibilidade de recursos. Viabilidade.

Parecer AJ nº 91/2025

1. Tratam os autos de medidas preparatórias para viabilizar o pagamento da palestrante Kátia Valérya dos Santos Souza, que proferirá palestra durante o evento “*Lançamento da Carta Nacional de Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero e Raça*”, que será realizado no dia 20 de março de 2025, no Largo São Francisco, 95 – Centro / SP.

2. No Documento de Formalização de Demanda – DFD consta que a contratação foi solicitada e justificada pela Ouvidoria Geral, com previsão de duração de 2 horas (doc. 1246477), justificando que “a contratação representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE”, bem como que o evento “contribuirá para um melhor desenvolvimento conjuntural em relação a temas diretamente atrelados aos Órgãos”.

3. Foram encartadas a cópia do formulário de solicitação de realização do evento, preenchido pela Ouvidoria Geral (doc. 1246478) e a programação do evento (doc. 1246479). Além disso, foi encartado o Currículo Lattes da palestrante (doc. 1246480).

4. No documento 1246481, consta a Deliberação do Conselho da EDEPE nº 17/2021, relativo à disciplina da remuneração de palestrantes em cursos e demais eventos promovidos pela Escola.

5. Os documentos para a contratação foram juntados no Processo 2025/0006263 protegido com restrição de acesso por conter informações pessoais, sendo composto por:

Ato Normativo DPG nº 238/2023 Artigo 15, inciso II	Documentos e Folhas
<i>a) em caso de nomeação de representante, cópia da procuração que outorgue poderes à pessoa que o representará;</i>	
<i>b) cópia do comprovante de residência (ou declaração de endereço);</i>	
<i>c) cópia dos documentos pessoais com foto do contratado ou do representante, se houver;</i>	
<i>d) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);</i>	Doc. 1246476 - fls. 09;
<i>e) consulta à situação cadastral no INSS (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais);</i>	Doc. 1246476 – fls. 08;
<i>f) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;</i>	
<i>g) certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;</i>	Doc. 1246476 – fls. 01; válida até 25/08/2025;
<i>h) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de inscrição na dívida ativa estadual do domicílio;</i>	Doc. 1246476 – fls. 03 válida até 26/03/2025;
<i>i) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos tributários municipais do domicílio, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;</i>	Doc. 1246476 - fls. 05: válida até 25/08/2025;
<i>j) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas (CNDT);</i>	Doc. 1246476 - fls. 02: válida até 25/08/2025;
<i>k) consulta ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades estaduais (CADIN Estadual);</i>	Doc. 1246476 - fls. 04;

<i>l) pesquisa negativa de sanções administrativas do Estado de São Paulo (site: www.esancoes.sp.gov.br);</i>	Doc. 1246476 - fls. 06;
<i>m) extrato de pesquisa na relação de apenados do TCE/SP;</i>	Doc. 1246476 - fls.07;
<i>n) comprovante de inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – Caufesp;</i>	Certificado de Registro Cadastral – CRC no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (Doc. 1246476 - fls. 10);
<i>o) declaração conjunta de situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego ou de quem faça as suas vezes e de que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho; que assegura a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública; e de ciência do CADIN Estadual.</i>	

6. Além disso, foram trazidos aos autos os seguintes documentos:

- Ficha Cadastral da palestrante (doc. 1242141);
- Cadastro SIAFEM (doc. 1249323).

7. O Diretor da EDEPE, manifestou-se pela conveniência e oportunidade da contratação da palestrante, corroborando a justificativa apresentada no DFD, destacando que a mesma “*é detentora de um perfil único, intrinsecamente ligado à realidade vivida e às demandas das comunidades marginalizadas, o que o torna essencial para promover uma visão mais ampla e inclusiva nos eventos promovidos pela instituição*”. Na sequência, dispensou a realização do Estudo Técnico Preliminar - ETP, nos termos previstos no artigo 2º, parágrafo único do Ato Normativo DPG ° 238/2023 (doc. 1246483).

8. Ato contínuo, foi lavrado o Termo de Referência, no qual foram explicitados o objeto, a descrição dos serviços, o valor do projeto, a forma de contratação e as condições de pagamento (doc. 1246484).

9. A Oficiala de Defensoria da Subárea de Evento e Comunicação Audiovisual relatou a instrução dos autos e informou que não realizou a juntada da cópia autenticada do documento pessoal com foto da palestrante e demais documentos, considerando a natureza da contratação e os princípios da simplicidade, economia processual, celeridade, finalidade e eficiência (doc. 1246485).

10. No doc. 1246486, consta manifestação do Diretor da EDEPE, aprovando o Termo de Referência e informando que o valor total a ser pago é de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) já incluído o INSS patronal.

11. A autorização para a reserva financeira lançada pelo Diretor da EDEPE, bem como as informações das fontes de recursos para fazer frente às despesas e respectiva nota de reserva encontram-se nos documentos 1249696, 1249706 e 1250242, tudo com vistas ao pagamento da palestrante e recolhimento do INSS.

Vieram os autos para análise e parecer.

12. Inicialmente observo que até recentemente, as contratações de palestrantes pela EDEPE foram fundamentadas em dispensa de licitação, baseadas no artigo 24, inciso II, da Lei 8666/1993, por economia processual e seguindo a orientação do Acórdão 1336/2006 - Plenário do TCU, que define:

18. Diante disso, não vejo utilidade em exigir procedimento mais rigoroso para a inexigibilidade de licitação e as dispensas que se enquadrem nos limites de valores definidos no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, motivo pelo qual a expressão restritiva, 'independentemente do valor do objeto', constante do Secoi Comunica nº 6/2005 deve ser expurgada, haja vista que carece de amparo legal. Ante o exposto e, não obstante divergir parcialmente dos fundamentos expendidos pela Conjur, estou convencido de que a questão pode ser suficientemente equacionada com o reconhecimento da possibilidade de que **as aquisições caracterizadas por dispensa ou inexigibilidade de licitação, previstas nos arts. 24, incisos III e seguintes, e 25, da Lei 8.666/93, possam ser fundamentadas em dispensa de licitação, alicerçada no art. 24, incisos I e II, da referida Lei, quando os valores se enquadrarem nos limites estabelecidos neste dispositivo.**

13. No entanto, considerando a nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021), que simplificou a contratação por inexigibilidade, não são mais necessários alguns trâmites procedimentais que atrasavam e dificultavam contratações que têm como característica a simplicidade, assim, entendemos por bem alterar a fundamentação para inexigibilidade de licitação, do artigo 74, *caput* da Lei nº 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição [...]

14. A EDEPE é órgão auxiliar da Defensoria Pública e possui, nos termos do artigo 2º,

inciso XIII do Ato Normativo DPG nº 127/2017, o dever de “*atuar, em conjunto com os órgãos de execução, na promoção de atividades de educação em direitos, informação, motivação e conscientização da população carente, a respeito de seus direitos fundamentais, por meio de cursos, palestras, elaboração de material didático e outros meios de comunicação*”.

15. O artigo 111 da Constituição Estadual determina que a administração pública seja norteada, entre outros princípios, pelo da motivação. No presente caso, há solicitação e justificativa para a realização do evento (docs. 1246477 e 1246478), bem como o Diretor da EDEPE, exarou juízo positivo de conveniência e oportunidade da realização do evento e da contratação da palestrante, com a dispensa da elaboração do ETP, nos termos dos artigos 2º e 4º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023 (doc. 1246483).

16. No tocante à dispensa da realização do Estudo Técnico Preliminar - ETP, nos termos previstos no artigo 2º, parágrafo único do Ato Normativo DPG nº 238/2023, observo que as contratações por inexigibilidade não estão entre as hipóteses previstas nas alíneas, contudo, trata-se de rol meramente exemplificativo, sendo possível a dispensa do ETP em outras contratações, desde que devidamente justificadas. Assim, considerando os princípios da razoabilidade, da celeridade e da economicidade que regem as contratações públicas, corroboro a tese de que a contratação em tela, que possui menor complexidade, não requer a elaboração do ETP para sua formalização.

17. O valor da contratação, que totaliza R\$ R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais), foi calculado de acordo da Deliberação do Conselho da EDEPE nº 17/2021, que disciplina a remuneração de palestrantes em cursos e demais eventos promovidos pela Escola, trazendo maior segurança e clareza a tais contratações.

18. Verifica-se que foi indicada a fonte de recursos para fazer frente à despesa e efetuada a reserva, com a devida autorização da despesa pelo Diretor da EDEPE (docs. 1249696, 1249706 e 1250242).

19. Ainda, resta pendente a autorização da contratação, que nos termos do art. 24, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, é competência delegada do Diretor da EDEPE, que deverá ser divulgada e mantida à disposição do público no sítio eletrônico da Defensoria, conforme dispõe o art. 24, §4º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023. Após a contratação, também deverá ser publicado o extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme art. 26, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.

20. Com relação à documentação, verifica-se que não há óbice ao prosseguimento do feito.

21. Por fim, destacamos a extrema importância quanto à necessidade de zelo dos servidores públicos responsáveis pela condução da contratação em questão com relação a potenciais conflitos de interesse, conforme preveem a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a

Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações) e a Lei Estadual nº 10.177/1998, esta que estabelece normas para o combate à corrupção e à improbidade administrativa em âmbito estadual.

22. Assim, ficam os agentes públicos que atuam no presente processo, especialmente aqueles na condição de gestores, ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos, nos termos do art. 2º, caput, da IN TCESP nº 01/2024, alertados de que, em caso de conflito efetivo ou potencial de interesses, deverão declarar prévio impedimento, remetendo os despachos e atos decisórios à autoridade superior.

23. Ante o exposto, entendo que poderá ser dado prosseguimento às providências necessárias ao pagamento da palestrante, atentando-se para as observações dos itens 19, 21 e 22 deste parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Nathalia Di Sevo Neves, Assistente Técnica**, em 07/03/2025, às 16:50, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1251210** e o código CRC **068CDC1C**.

Rua Boa Vista, 200 5º andar - Bairro Centro - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0006612

ASTE ASJD - 1251210v2



APROVAÇÃO DE PARECER AJ

Considerando que o presente parecer trata de entendimento jurídico já consolidado pela Coordenação da Assessoria Jurídica e conforme previsão do art. 2º, §1º, da Instrução Normativa AJ nº 01, de 19/08/2015, ratifico o Parecer AJ nº 91/2025 (doc. 1251210), emitido pela Assistente Técnica I, Nathalia Di Sevo Neves, elaborado nos termos do artigo 21, parágrafo único, do Ato Normativo DPG nº 238, de 28/03/2023, pelos fundamentos que apresenta.

Como se trata de contratação alcançada pela solicitação do Ofício CG nº 01/2023, encaminhem-se os autos, simultaneamente:

- a) à Controladoria-Geral, para ciência;
- b) à EDEPE, para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Maria Cavalheiro Madeira, Assessora Técnica**, em 07/03/2025, às 16:56, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1251438** e o código CRC **0B33DFBE**.

Rua Boa Vista, 200 5º andar - Bairro Centro - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br



MANIFESTAÇÃO

Ante os elementos e informações constantes dos autos do Processo SEI nº 2025/0006612, notadamente o **Parecer AJ nº 91/2025**, o qual acolho e adoto como razão de decidir, **declaro inexigível e autorizo a contratação de Kátia Valérya dos Santos Souza**, para proferir palestra no evento “Lançamento da Carta Nacional de Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero e Raça”, com base no artigo 74, caput, da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do artigo 24, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.

Com fundamento no artigo 19 do Ato Normativo DPG nº 238/2023, designo a Servidora, Carolina Giraldes Campos da Silva, como gestora da contratação.

Encaminhem-se os autos à Subárea de Orçamentos e Finanças para emissão de Nota de Empenho no valor de **R\$ 600,00** (seiscentos reais) mais 20% desse valor, ou seja, **R\$ 120,00** (cento e vinte reais) relativos ao INSS patronal, totalizando **R\$ 720,00** (setecentos e vinte reais).

Após, devolvam-se os autos à Subárea de Eventos e Comunicação Audiovisual, para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 10/03/2025, às 16:48, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1252691** e o código CRC **6DEC52A3**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0006612

SAEC EDEPE - 1252691v2



NOTA DE EMPENHO - NE

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2025NE00887

UG	420031 - FED-ESCOLA DA DEFENSORIA PUB. ESTADO-FUNDEPE
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
Data de Emissão	13MAR2025

CNPJ/CPF/UG	41771508434 - KATIA VALERYA DOS SANTOS SOUZA				
Credor	KATIA VALERYA DOS SANTOS SOUZA				
Endereço					
Cidade		UF		CEP	

Origem Material	
-----------------	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400051	42001	03092420060230000	175930066	33903625	420010	000.000.0100	420154

No Processo	6612/2025	Acordo			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI14133/2021-ART.74		
Licitação	06 - INEXIGIVEL	Modalidade	1 - ORDINARIO		
Empenho Orig.		Nº Contrato		Nº OC	

Valor do Empenho R\$	600,00 (seiscentos reais)
----------------------	---------------------------

Cronograma	
Mês	Valor
03	600,00

Item:	001	Unidade de Medida	1	Quantidade	0001	Preço Unitário	600,00	Preço Total	600,00
Descrição: CONTRATAÇÃO DE KÁTIA VALÉRYA DOS SANTOS SOUZA PARAPROFERIR PALESTRA NO EVENTO LANÇAMENTO DA CARTA NNACIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO E RAÇA.									

Total ou Valor a Transportar R\$	600,00
Local de Entrega	ESCOLA DA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE SP
Data de Entrega	31DEZ2025

ALLAN RAMALHO FERREIRA
33277378861
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	SILVIO CEZAR ALVES DOS SANTOS - 420031
--------------------------	--



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 13/03/2025, às 13:50, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1259573** e o código CRC **5E2FBFAA**.

Rua Líbero Badaró, 616 7.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2025/0006612

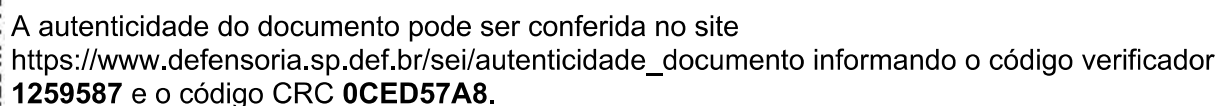
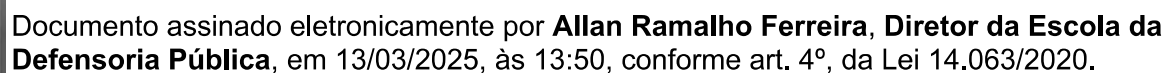
SAOF EDEPE - 1259573v2



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE RESERVA - 2025NR00082

Unidade Gestora	420031								
Gestão	00001			Processo	6612/2025				
Evento	206100 - RESERVA DE DOTACAO ORCAMENTARIA(CANCELAMENTO)								
Data Emissão	13/03/2025	PTRes	420154	Unidade Orçamentária	42001				
Programa Trabalho	03092420060230000			Fonte Recurso	175930066				
UG Responsável	420010	Natureza da Despesa	339036	Valor					
Cronograma									
<table><tr><td>Mês</td><td>Valor</td></tr><tr><td>03</td><td>120,00</td></tr></table>						Mês	Valor	03	120,00
Mês	Valor								
03	120,00								
Observação									
CANCELAMENTO PARCIAL DA 2025NR000061 DEVIDO O EMPENHO DO INSS PATRONAL, SER DIRETO NA DESPESA.									
Usuário									
Consultado Em	13MAR2025	Horário	12:41						



2025/0002784

SAOF EDEPE - 1259587v2